

Um Quotidiano de Sobrevivência e Resistência: escravas e africanas livres em Maceió (1849-1888)

Danilo Luiz Marques¹
PUC-SP

Escravidão e cotidiano em Maceió

A Maceió oitocentista, assim como a maioria das cidades brasileiras, tinha, em sua população, uma forte presença de escravos, forros, africanos livres e homens livres pobres, os quais desenvolveram inúmeras estratégias para obter seus meios de subsistência e para resistir à instituição escravista. A população cativa não assistiu passivamente ao processo de abolição do século XIX, “[...] os escravos rebelaram-se, eram desobedientes, fugiam com frequência, e estavam sempre buscando conquistar direitos que legalmente não tinham”². Os libertos ou livres eram pessoas que viviam nas fimbrias da escravidão, e também resistiram perante a hegemonia senhorial, se rebelaram, desobedeceram às leis e posturas municipais e tentaram conquistar espaços políticos, sociais e econômicos que lhes eram vedados³. Os africanos livres são uma figura importante para melhor compreender a conjuntura que perpassou o Brasil ao longo do século XIX, pois, o surgimento desta categoria jurídica esteve mais atrelado à manutenção da escravidão do que a uma medida para o fim dela. Eles eram resgatados do tráfico ilegal de escravos, todavia, foram vistos por autoridades e pelas pessoas que arrematavam seus serviços como desprovidos de liberdade. Eram destinados a trabalhar em obras públicas ou para particulares por um certo período, até conseguirem suas cartas de emancipação.

O desenvolvimento urbano que perpassou a cidade de Maceió ao longo do século XIX, principalmente após 1839, quando foi elevada a capital da Província, foi acompanhado de um crescimento demográfico. Em 1847 a população maceioense contabilizava, segundo informações de Craveiro Costa, 16.064 pessoas, sendo 11.902 livres e 4.162 escravos. Já no ano de 1855, dos 25.135 habitantes contabilizados, 6.230 eram escravos. Em 1870, a cidade de Maceió compreendia as freguesias de Maceió, Jaraguá e Pioca, “[...] com uma população de 28.630 indivíduos, em cujo número se contavam 4.822

10.4025/6cih.pphuem.567

escravos”⁴. Ou seja, a população cativa era em média 25% entre as décadas de 1840 e 1850, no ano 1870 caiu para 16%. Em Recife, no ano de 1857, 12,5% do total dos 64.840 habitantes dos bairros centrais da cidade eram cativos⁵. Já no Rio de Janeiro, em 1849, dos 205.906 habitantes da cidade 38,63% eram escravos, em 1872, 16,42% dos 274.972 habitantes viviam sob o cativeiro⁶.

Após 1850 ocorreu uma diminuição da população cativa em Alagoas e em outras Províncias nordestinas. Segundo o historiador Hélder de Melo: “[...] o período posterior à década de 1850, viu o número de escravos caírem significativamente, enquanto ocorria o movimento contrário em relação à população em geral”⁷. Além da proibição do tráfico atlântico e as mortes causadas por epidemias⁸, outro fator para tal acontecimento foi a exportação de escravos para o Sudeste, onde ocorria o desenvolvimento da economia cafeeira, “[...] a província de São Paulo absorveu grande parte dos escravos saídos de Alagoas”⁹.

A escravidão nas cidades brasileiras proporcionou aos escravos múltiplas ocupações e o desempenho de quase todas as funções da economia citadina, tais como a de carregadores, trabalhadores nos portos, oficinas, lavadeiras, quitandeiras, domésticas, artesãos¹⁰. Na capital alagoana, sinaliza Alfredo Brandão, os escravos estavam inseridos “[...] ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias”¹¹. Para os cativos: “[...] se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduzir as carroças, varrer as lojas, limpar os balcões”¹². O historiador Felix Lima Júnior apontou que os negros, em Maceió, trabalhavam como canoieiros, copeiros, vendedores de frutas, aves, pães, peixes e doces, cozinheiros, como serventes e no transporte de ‘tigres’ (barris de madeira que serviam para o transporte de excrementos)¹³. No cenário urbano, os cativos transitavam com extrema agilidade pelas ruas da cidade e desenvolveram sociabilidades que proporcionavam a busca pela sobrevivência assim como oportunidades de resistência.

Em nossa pesquisa, detectamos a presença dos africanos livres no cotidiano da Maceió do século XIX. Recentemente, a historiografia da

10.4025/6cih.pphuem.567

escravidão no Brasil tem voltado seus olhares sobre eles, tirando do silêncio as desconhecidas experiências de vida desta população que não era considerada escrava, entretanto, viveu em estreita relação com a escravidão. Ficaram conhecidos como os “meia-cara”¹⁴, pois não eram escravos e nem libertos, tendo que se afirmar no cotidiano como livres. Uma análise feita sobre a documentação da Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas, localizada no Arquivo Público do Estado de Alagoas, nos permitiu perceber a forte presença desta categoria no cotidiano da Maceió do século XIX, sendo de grande valia sua análise para melhor compreender a sociabilidade negra na cidade. Segundo Abelardo Duarte, a curadoria expediu e recebeu ofícios e demais papéis sobre esta população durante trinta anos, de 1836 a 1866¹⁵. Esta documentação nos permite detectar aspectos da vida cotidiana desta população como a formação de famílias, trabalho, resistência e transgressões. Os documentos referem-se aos africanos livres que foram apreendidos em desembarques clandestinos entre as décadas de 1840 e 1850 nas praias do litoral norte de Alagoas, com destaque para a região dos morros de Camaragibe, local onde o desembarque ilegal de africanos era uma constante. Após serem levados para a capital alagoana, Maceió, tinham dois destinos: prestação de serviços a particulares ou trabalhar em instituições públicas.

No primeiro, teriam seus serviços arrematados por pessoas como doutores, militares, padres, funcionários públicos e políticos. No segundo, eram destinados a trabalhar em locais como: o hospital de caridade, hospital militar, cadeia, secretaria do Palácio do Governo e em obras públicas, como a construção do Farol de Maceió¹⁶. Moisés Sebastião aponta que a maioria dos africanos livres eram arrematados por particulares e: “[...] foram postos nos serviços domésticos, no campo, ao ganho nas ruas e alugados a outros particulares. Nos estabelecimentos públicos trabalhavam na limpeza, lavagem de roupa, na cozinha, etc”¹⁷. Enidélce Bertin documentou que os africanos livres, nos serviços públicos, trabalharam como: calceteiros, pedreiros, ferreiros, roceiros, cozinheiros, faxineiros, lavadeiras, cuidadores de doentes, transportadores de água e de alimentos, compras, serviços de jardinagem, em limpeza de córregos e vias públicas, nos serviços de enxada e na quebra de pedras de calçamento¹⁸.

Africanas livres arrematadas por particulares eram uma constante na documentação mencionada. Foram, geralmente, destinadas aos serviços domésticos, a exemplo de Henriqueta, arrematada por Manoel Carneiro d' Almeida e, após seu falecimento, ficara em poder da viúva¹⁹. Outro exemplo é o da africana livre Francisca, arrematada no ano de 1850 por Joaquim Jozé d' Almeida, e que morava com suas duas filhas na casa do arrematante, como podemos perceber na documentação: “[...] tem ella produzido duas crias que existem em companhia da mesma africana, em poder do arrematante de seus serviços” (*sic.*)²⁰ Outro caso interessante foi o da africana livre Izabel, arrematada pelo senhor Antonio d' Almeida Franco no ano de 1850:

[...] tendo ella por algum tempo / talvez mais d' 8 annos / prestado seos serviços, fora abandonada por aquell[le] arrematante, que mudando de [re]zidencia para fora da Província, a deixara nesta Cidade entregue a preta liberta de nome Ritta em Jaraguá, por que ou não obtivera permissão da Prezidência, ou por que não teve meios de pagar os sallarios d' alguns annosdecorridos, à que era obrigado, e se sujeitara no termo da pr[corroído] arremataçam (*sic.*)²¹.

Tais circunstâncias nos remetem a pensar como se configurou a sobrevivência cotidiana de Izabel. Abandonada pelo arrematante, teve que lutar diariamente para conseguir pecúlios e buscar sua emancipação. No dia-a-dia da trama social da escravidão: escravas, forras e africanas livres tiveram que buscar, cotidianamente, meios de sobrevivência e resistência, fossem comercializando produtos nas ruas, pedindo esmolas ou trabalhando em serviços domésticos. Nas páginas a seguir trataremos do cotidiano das mulheres negras e como elas desenvolveram seus arranjos de sobrevivência e resistiram à hegemonia escravista.

Vendendo doces e engomando pro senhor: o comércio nas ruas e os serviços domésticos de escravas e africanas livres

Abelardo Duarte, ao pesquisar o folclore negro nas Alagoas, registrou as poesias do cantador negro Joaquim Puerame, arrolados por Theo Brandão e

Aloisio Vilela²² no início do século XX, apresentando uma poesia alusiva às negras quitandeiras e vendedoras de tabuleiro de doces em Maceió:

A nêga veia ta vendendo doce
Lá no hoté
Nêga da costa lá de Maceió
Ela levanta o bendego,
E vai prá o hoté,
Ela vende cardo de cana
Vende caju, banana,
E o sarapaté,
Ela vende a bolacha simpatia,
E também vende a bolacha soe,
E ela diz quando o matuto passa,
Ô meu sinhô venha toma café,
Repara Zé,
Que a Nega ta vendendo doce.
Lá no hoté²³.

Tal poesia nos apresenta uma das facetas cotidianas de escravas e africanas livres na Maceió do século XIX, outra foi apontada pelo poeta alagoano Jorge de Lima. No seu livro *Novos Poemas* nos apresentou uma tal *Negra Fulô* e seus serviços domésticos:

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ô Fulô! Ô Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
— Vai forrar a minha cama
pentear os meus cabelos,
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!
Essa negra Fulô!
Essa negrinha Fulô!
ficou logo pra mucama
pra vigiar a Sinhá,
pra engomar pro Sinhô!
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!²⁴

As duas poesias são elucidativas quanto ao cotidiano das mulheres negras na Maceió do século XIX e em outras cidades brasileiras, as quais tinham que desenvolver arranjos de sobrevivências no dia-a-dia para buscar a liberdade ou apenas o sobreviver. A poesia de Joaquim Puerame sobre a negra vendedora de doce revela traços da vida diária das mulheres que realizavam vendas ambulantes pelas ruas da capital alagoana. As vendedoras

eram escravas, africanas livres e forras. Na poesia de Jorge de Lima sobre a negra Fulô encontramos o dia-a-dia das mulheres negras que realizavam serviços domésticos nas casas de seus senhores. Em ambas as poesias, presenciamos a busca de sobrevivência e/ou resistência da população feminina nas margens da sociedade escravista brasileira do século XIX. Esses serviços, tanto as vendas ambulantes como o trabalho doméstico, poderiam estar ligados à questão da subsistência, mas também era uma forma de constituir pecúlio para quem sonhava em conquistar a liberdade²⁵.

Para a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dia, que estudou os papéis femininos na São Paulo do século XIX, as vendedoras e quitandeiras “[...] eram como mediadoras e intermediárias, pequenos elos secundários, à sombra dos negócios vultosos, que [...] participavam, assiduamente, das operações do comércio local”²⁶. Todavia, esse comércio mal permitia a sobrevivência dessas mulheres, que lutavam diariamente contra a exploração por parte de seus senhores e procuravam formas alternativas para conquistar seus meios de subsistência. Ao estudar a escravidão urbana no Rio de Janeiro, Leila MezanAlgranti se refere a grande quantidade de escravos que eram inseridos nos “[...] trabalhos domésticos, aproveitados como cozinheiros, jardineiros, copeiros e demais atividades”²⁷. Sobre a cidade de Maceió, o historiador Felix Lima Júnior aponta para a presença de escravas “meninas” ou “mocinhas” que:

[...] iam para as cosinhas ou então ‘bater roupa’ nos fundos dos quintais, as mais afortunadas. Outras, com gamela ou taboleiro na cabeça, percorriam as ruas vendendo peixe, sururu, fressuras, frutas, etc. As mais jeitosas, mais simpáticas, [...] iam trabalhar como copeiras, umas; outras aprendiam a costurar e a bordar, servindo diariamente as Sinhas Moças como mucamas (*sic.*)²⁸.

Portanto, eram constantes, na vida das mulheres negras em Maceió, a prestação dos serviços diários descritos acima, sobretudo na região central da cidade, onde ficavam as residências da elite proveniente da economia açucareira da Província. Além disso, as atividades de vendas nas ruas e serviços domésticos eram também um meio para as mulheres negras “[...]”

constituir o pecúlio, com que sonhavam comprar a sua alforria²⁹. O historiador Luiz Sávio de Almeida, analisando os dados produzidos pelo governo provincial no ano de 1856, nos apresenta a população escrava na capital alagoana dividida por sexo:

População escrava por sexo na freguesia de Maceió, 1856

Distrito	Sexo			
	Absoluto		Relativo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Cidade	421	569	64,27	71,21
Jaraguá	142	127	21,68	15,89
Poço	47	59	7,18	7,38
Bebedouro	45	44	6,87	5,51
Total	655	799	100,00	100,00

ALMEIDA, Luiz Sávio. *Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011, p 94.

É interessante notar que a quantidade de mulheres escravas era superior à população masculina, tal questão nos remete a pensar sobre o quão era constante a presença delas no cotidiano da cidade de Maceió. No centro da cidade e no bairro de Jaraguá, onde se situavam as casas dos senhores de engenho, políticos, comerciantes e autoridades, os números de mulheres escravas eram respectivamente de 569 e 127, sendo o número de escravos masculino 421 e 142, o que evidencia a presença destas mulheres para realizar tarefas domésticas. Nas cidades brasileiras do Império, os serviços domésticos foram realizados por mulheres, as chamadas: “*criadas do servir*”³⁰. Estabelecia-se um grande comércio que pode ser captado nos anúncios dos jornais do século XIX, onde encontramos frequentemente pessoas querendo vender, comprar ou alugar escravas que sabiam cozinhar, engomar, passar, etc.

10.4025/6cih.pphuem.567

No dia 24 de janeiro de 1868, o jornal *Diário de Alagoas* publicava um anúncio no qual se vendia “[...] uma escrava mulata, moça, com uma filha de 3 annos, engoma, lava e cosinha” (*sic.*)³¹. É interessante notar que as atividades de engomar, lavar e cozinhar poderiam estar associadas a uma mesma escrava, o historiador Maciel Henrique da Silva constatou este fato analisando os jornais do Recife no século XIX³². Em anúncio do mesmo jornal no ano de 1870 vendia-se “[...] uma preta de 40 annos com uma filha de onze annos” (*sic.*)³³. No jornal *O Liberal*, o senhor Felino Mascarenhas queria comprar “[...] uma escrava preta, sadia, de bons costumes, e que tenha habilidade para quitandeira”³⁴. Como sinalizou a historiadora Maria de Fatima Novaes Pires: “[...] o abastecimento doméstico para suprir as necessidades alimentares cotidianas devia-se a trabalhos realizados principalmente por mulheres nas cozinhas e quintais das casas”³⁵ dos seus senhores. Havia também quem desejava apenas alugar escravas, foi o que encontramos no *Jornal de Alagoas*: “Precisa-se alugar uma preta escrava que saiba cozinhar e engomar, na rua Barão de Jaraguá 14, ou na rua do Saraiva, escritório do Coutinho”³⁶. Manuel Diégues Júnior, analisando registros de compra e venda de escravos em Maceió entre os anos de 1873 e 1878, verificou que de 134 vendas, 10 eram de negras cozinheiras e 45 de escravos ligados aos serviços domésticos, sendo o restante destinado ao trabalho na agricultura³⁷. Para este historiador alagoano, como “[...] doceira e cozinheira, das melhores aliás, a escrava negra fez sentir sua influência na vida social. Na economia doméstica a contribuição da escrava foi grande. Na culinária em particular”³⁸.

Todavia, existiam aqueles que queriam escravas para realizar vendas pelas ruas, como em um anúncio encontrado no jornal *O Mercantil*, que dizia precisar “[...] alugar uma escrava para fazer vendas pelas ruas, quem a tiver e quiser alugar dirija-se a esta typographia que se dirá quem quer” (*sic.*)³⁹. Este aspecto nos faz pensar sobre as escravas de ganho que trabalhavam fora da casa dos seus senhores, sem controle e nem supervisão direta⁴⁰, desenvolviam vendas pelas ruas que auxiliavam a auferir seus ganhos⁴¹. A luta por sobrevivência dependia da liberdade de circulação pelas ruas da cidade, elas “[...] dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais... contra os quais havia medidas de repressão forjadas pelo

sistema colonial, envolvendo licenças, toques de recolher, passaportes⁴², o que afetariam drasticamente a busca pelos meios de subsistência, caso cumpridas a ferro e fogo.

Havia uma preferência por escravas de ganho na faixa etária entre 20 e 30 anos⁴³. Uma das formas mais comuns de se utilizar a escravaria na capital alagoana foi o “ganho”, segundo Antônio Daniel, os senhores “[...] incumbiam os seus cativos de realizar tarefas, e, no final de um período combinado, os mesmos deveriam trazer um determinado dinheiro combinado”⁴⁴, sendo mais comum atividades de vendas de alimentos como frutas, sururu e peixes. Todavia, em Maceió, tais serviços não eram apenas realizados por escravas, pois as africanas livres também tinham uma forte presença na cidade e eram encarregadas dos mesmos serviços. O Curador dos Africanos Livres de Alagoas, em ofício dirigido ao Presidente da Província no ano de 1855, diz que os africanos: “[...] se prestam pela maior parte nos serviços serventes de obras particulares e do ganho de rua, por se não quererem sujeitar a outros misteres, especialmente as fêmeas, que pela maior parte só se empregam”⁴⁵ comércio de quitandas.

Foi o caso da africana livre Benedita, que teve seus serviços arrematados pelo senhor Manoel Claudino d’ Arrochela Jaime, no ano de 1850, após ter sido apreendida em uma embarcação de tráfico ilegal de escravos⁴⁶. Todavia, se recusara a prestar serviços domésticos e a residir na casa de seu arrematante. Encontramos tal informação em seu requerimento de emancipação feito no ano de 1861, juntamente com outras duas africanas livres de nomes Joaquina e Maria⁴⁷. Deste modo, ao se recusar a prestar os serviços domésticos na casa de seu arrematante, Benedita “[...] obtivera faculdade para os prestar na rua mercadejando com taboleiro de frutas, e outros generos de legumes, sob a condição de contribuir hum modico salario” (*sic.*)⁴⁸ e passou a realizar vendas nas ruas de Maceió.

Benedita não conseguiu pagar o salário para seu arrematante, pois, se “[...] prohibio por Lei Municipal o uzo de mercadejarem os africanos livres” (*sic.*)⁴⁹. Esta postura municipal de Maceió foi aprovada no dia 27 de junho de 1859 e proibia “[...] aos africanos livres de negociarem por si ou por interposta pessoa com gêneros alimentícios de qualquer natureza”⁵⁰. Deste modo,

Benedita ficou impedida de realizar suas vendas pelas ruas da cidade, o que fez o seu arrematante exigir que ela voltasse a prestar serviços domésticos na sua residência.

Percebemos que as autoridades “[...] procuravam limitar a livre circulação de quitadeiras e vendedoras clandestinas, escravas, forras e africanas livres, fixando-as em locais demarcados da cidade”⁵¹. Era mais viável a supervisão dos cativos que trabalhavam em serviços domésticos⁵². Talvez por esta questão, na documentação sobre os africanos livres em Maceió, encontramos um maior número de mulheres que eram encarregadas de prestar serviços domésticos, fossem eles nas casas dos arrematantes ou em instituições públicas. Foi o caso da africana livre Roza no hospital de caridade da cidade, ela teve seus serviços arrematados por um tenente de nome Bernardo Joaquim Correia que, depois que mudou de domicílio renunciou aos serviços da africana⁵³. Desde então, Roza foi destinada ao “[...] *serviço de lavagem de roupas do Hospital de Caridade*” (sic.)⁵⁴

A maioria das africanas livres eram destinadas a prestar serviços domésticos nas residências de seus arrematantes. Assim aconteceu com Francisca, que prestou serviços a Joaquim Jozé de Almeida⁵⁵, todavia, ela estava sempre resistindo à condição que lhe era posta. Os arrematantes dos africanos livres os tratavam da mesma forma que os escravos, ocorrendo, um cotidiano de tensões, tentativas de controle e manifestações de resistência. Francisca requereu, em maio de 1861, sua emancipação. Em resposta a tal pedido o curador João Camilo alegou que ela não tem tido um bom comportamento, “[...] por que contra ella me tem sido por vezes apresentadas algumas queixas, e o mesmo arrematante de seus serviços tem ja tentado renuncialos para não ter occaziam de sofrimentos” (sic.)⁵⁶.

Notamos que essas mulheres viveram uma estreita relação com a escravidão, todavia, quiseram, diariamente, afirmar sua condição de livres. A grande quantidade de africanas livres destinadas a prestar serviços domésticos mostrava uma forma de controle social proveniente da hegemonia senhorial, muitas foram às medidas tomadas pelos governantes para inibir qualquer tentativa de insubordinação e desobediência da população cativa. Contudo,

sabedoras do momento histórico que viviam, sempre buscaram a emancipação.

O cotidiano das escravas e africanas livres na Maceió do século XIX foi marcado pelo trabalho doméstico e pelos serviços de ganho realizados nas ruas da cidade, principalmente o comércio ambulante. Com isto, elas desenvolviam seus arranjos de sobrevivência e buscavam os caminhos para a liberdade, estes serviços poderiam estar ligados à questão da subsistência, mas também era uma forma de constituir pecúlio para quem sonhava em conquistar a emancipação. Elas eram sabedoras das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

¹ Mestre em História Social pela PUC-SP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Odila Leite da Silva Dias com a dissertação *Sobreviver e Resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888)*.

²(CARVALHO, 2001, p. 140).

³ Idem.

⁴(COSTA, 2011, p. 144 - 145).

⁵(SILVA, 2011, p. 56).

⁶(SOARES, 2007, p. 34).

⁷(MELO, 2011, p. 168).

⁸(EINSEBERG, 1977, p. 179).

⁹(MELO, 2011, p. 164).

¹⁰ Ibid., p. 63.

¹¹(BRANDÃO, 1988, p.41).

¹² Idem.

¹³(LIMA Jr., 1983, p. 95).

¹⁴(BERTIN, 2006).

¹⁵(DUARTE, 1988, p. 63).

¹⁶ Ibid., p.30.

¹⁷ Ibid, p. 31.

¹⁸(BERTIN, 2006, p. 62).

¹⁹ APA. *Informação sobre req. Andre, Manoel e Henriqueta env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 29/04/1861.

²⁰ APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 04/06/1861.

²¹ APA. *Informação sobre req. Izabel env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 20/05/1861.

²² Pesquisadores do folclore alagoano pertencentes a chamada Escola de Maceió.

²³(DUARTE, 2010, p. 159).

²⁴(LIMA, 2008, p. 255).

²⁵(DIAS, 1995, p. 126).

²⁶ Ibid., p.83.

²⁷(ALGRANTI, 1988, p. 83).

²⁸(LIMA Jr., 1975, p. 09).

²⁹(DIAS, 1995, p.132).

- ³⁰(SILVA, 2011, p. 177).
³¹IHGAL. *Diário de Alagoas*. 24/01/1868.
³²(SILVA, 2011, p. 243).
³³IHGAL. *Diário de Alagoas*. 11/02/1870.
³⁴IHGAL. *O Liberal*. 07/06/1878.
³⁵(PIRES, 2009, p. 209).
³⁶IHGAL. *Jornal de Alagoas*. 05/02/1874.
³⁷(DIEGUES JUNIOR, 2002, p. 183-184).
³⁸Ibid, p. 183.
³⁹IHGAL. *O Mercantil*. 13/06/1864.
⁴⁰(DIAS, p. 125).
⁴¹(PIRES, 2009, p. 209).
⁴²(DIAS, 1995, p.73).
⁴³Ibid., p. 137.
⁴⁴(RIBEIRO, 2003).
⁴⁵(DUARTE, 1988, p. 63).
⁴⁶APA. *Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 17/06/1861.
⁴⁷APA. *Informação sobre req. Joaquina, Maria e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 16/05/1861.
⁴⁸APA. *Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 17/06/1861.
⁴⁹Idem.
⁵⁰(DUARTE, 1988, p. 48).
⁵¹(DIAS, 1995, p.74).
⁵²Idem, p. 126.
⁵³APA. *Informação sobre req. João e Luiza env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 14/03/1851.
⁵⁴APA. *Requerimento de Carta de Emancipação - João e Luiza*. 07/03/1861.
⁵⁵APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 04/06/1861.
⁵⁶APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 11/05/1861.

Referências Bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Luiz Sávio. *Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001.
- BARROS. Theodyr Augusto de. *O Processo de Mudança da Capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica, 1819-1859*. Maceió: Imprensa Universitária, 1991.
- BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. USP, 2006, (Tese de Doutorado).
- BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988.
- COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Edições Catavento, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2ª edição, Maceió: Edufal: 2002.
- DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Comissão Estadual do Centenário da Abolição. Maceió: Ediculte, 1988.
- _____. *Folclore Negro das Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.

EINSEBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

LIMA, Jorge. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIMA Jr., Felix. *A Escravidão em Alagoas*. Maceió: s/ed., 1975.

_____. *Carroças e Carroceiros*. Maceió, Fundação Teatro Deodoro, 1983.

LINDOSO, Dirceu. *Ruptura e Continuidade na Cultura Alagoana*. In: LINDOSO, Dirceu. *A Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal, 2005.

MELO, Hélder Silva de. *Dados Estatísticos e Escravidão em Alagoas (1850-1872)*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, Antônio Daniel Marinho. *A Transição da Mão-de-obra Escrava para a Livre no Perímetro Urbano de Maceió (1850-1898)*. Maceió: UFAL, 2003 (Monografia de Graduação em História).

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840 – 1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Coedição, Salvador: EDUFBA, 2011.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 letras, 2007.